



**PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA MÔNICA**  
**ESTADO DO PARANÁ**

CNPJ 95.641.916/0001-37  
Rua Marieta Mocellin nº 588 - Cep 87.915-000  
Fone/Fax (0\*\*44) 3455-1107

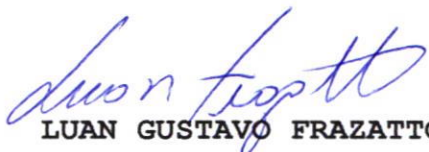
**M E N S A G E M**

Senhor Presidente,

Tenho a honra de encaminhar, por intermédio de Vossa Excelência, à elevada deliberação dessa nobre Câmara Municipal, o incluso projeto, o qual tem por objetivo declarar de utilidade pública a associação dos catadores de materiais recicláveis de Santa Mônica, com essa declaração reconheceremos que as instituições, em consonância com o seu objetivo social, são sem fins lucrativos e prestadoras de serviços imprescindíveis à coletividade.

Ciente de que os nobres edis comungam conosco no que concerne ao reconhecimento deste feito e que o presente encontra-se em harmonia com o interesse público. Conto com a eficiência de Vossa Excelência e ilustres Pares no trato dos assuntos de interesse público, coletivo e quiçá difuso, aguardamos a aprovação do Projeto de Lei em questão na forma proposta, renovando protestos de elevado apreço.

Santa Mônica, Gabinete, aos 20 de Março de 2023

  
**LUAN GUSTAVO FRAZATTO**

PREFEITO



**PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA MÔNICA**  
**ESTADO DO PARANÁ**

CNPJ 95.641.916/0001-37  
Rua Marieta Mocellin nº 588 - Cep 87.915-000  
Fone/Fax (0\*\*44) 3455-1107

**PROJETO DE LEI Nº 026/2023**

**Súmula:** Declara de Utilidade Pública Municipal a Associação de Catadores de Materiais Recicláveis de Santa Mônica.

**Luan Gustavo Frazatto**, Prefeito do Município de **Santa Mônica**, Estado do Paraná, no uso das atribuições que lhe confere a legislação em vigor, em especial, a L.O.M. c/c art. 37 e ss. da CRFB, resolve PROPÔR à Colenda Casa de Leis desta municipalidade o seguinte Projeto de Lei:

**Art. 1º** - Fica declarada de Utilidade Pública Municipal, a Associação dos Catadores de Materiais Recicláveis de Santa Mônica, entidade Civil sem fins lucrativos, inscrito no CNPJ/ MF sob nº 44.062.093/0001-54, com sede na Rua General Osorio, s/n - centro, Santa Mônica - Paraná.

**Art. 2º** - Esta LEI revogar-se-á nos seguintes casos:

I - Quando houver alteração dos fins estatutários ou a não prestação dos serviços neles compreendidos;

II - Quando realizado alterações na razão social ou denominação da entidade e não for solicitado à Câmara Municipal, no prazo de 90 (noventa) dias, contados do registro público, a necessária alteração da LEI;

Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogando as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal, em Santa Mônica-Pr., aos 20 dias  
de Março de 2023.

**Luan Gustavo Frazatto**  
Prefeito Municipal